

**RELAÇÕES DE GÊNERO, ORALIDADE E MEDICINA LEGAL NA BAHIA:
NARRATIVAS SOBRE A HISTÓRIA DE VIDA DE MARIA THERESA DE
MEDEIROS PACHECO.**

Sabrina Guerra Guimarães*
Lina Maria Brandão de Aras*

RESUMO

A presente comunicação objetiva analisar a trajetória de vida da primeira médica legista do Brasil e primeira diretora de um Instituto Médico Legal no mundo, a Dra. Maria Theresa de Medeiros Pacheco, de como ela sendo mulher numa sociedade de discurso androcêntrico, numa área dominada pelos homens conseguiu ascender na profissão, dando uma nova roupagem feminina a Medicina Legal¹ na Bahia, onde ficou conhecida por sua competência e solidariedade. Portanto, escrever sobre esta história de vida é um compromisso com a história das mulheres, onde não podemos perder de vista a importância e a necessidade de continuar fazendo uma discussão historiográfica onde as mulheres estejam inseridas.

Palavras-chave: Feminismo – Medicina Legal – Biografia

À presença feminina no exercício da medicina hoje nos parece algo normal e corriqueiro. Vemos as mulheres em espaços que já foram exclusivamente masculinos: nos hospitais, consultórios e institutos médico-legal, porém, nem sempre foi assim.

Desde que foi permitido à inclusão das mulheres ao nível superior na Faculdade de Medicina da Bahia levando em consideração a Reforma do deputado e professor Carlos Leôncio de Carvalho² em 1879 que liberou o acesso das mulheres nas universidades, somente no século XX que elas significativamente começaram a frequentar estas instituições e ainda assim sofriam inúmeros preconceitos.

Nesse caminho, essa pesquisa poderá trazer à tona questões pertinentes às discussões que envolvem as mulheres e a violência contra elas, como a medicina, o direito, as dinâmicas de gênero, raça e classe, da contribuição do movimento feminista para o empoderamento das mulheres, como no caso da Dra. Maria Theresa de Medeiros Pacheco, além de considerar fundamental a análise do discurso de ordem de gênero

patriarcal que se utilizou de todos os argumentos para manter a medicina como um reduto masculino.

A TEORIA: FEMINISTA

Não se percebe todavia que haja prazer possível em uma mulher conviver com as doenças mais repugnantes, e passar os melhores dias da sua mocidade a dissecar cadáveres. Não pode haver mulher de gosto tão deploravelmente depravado. Para se tornar bom cirurgião e bom médico é preciso que o homem desde o começo da sua instrução technica se dê com toda a vontade e perseverança aos estudos anatômicos. No desempenho d'estes é mister vencer muita repugnância, desprezar muitos preconceitos expor-se a muitos perigos. A mulher pela sua compleição, pelos seus hábitos, pela sua organização nunca poderia vence-los. Se para ser bom prático é preciso tudo isso, a mulher nunca poderia ser boa médica.³

Com essa citação acima, podemos imaginar a árdua luta das mulheres que não foi algo linear e solto no tempo, a conquista delas se deve e muito pelas ideias e vitórias feministas, seja ela enquanto pensamento ou movimento para burlar o discurso de ordem de gênero patriarcal. Digo pensamento pelo marco que a própria teoria atribui aos interesses de algumas feministas do século XVIII em discutir a garantia de direitos, porém, com o advento da Revolução Francesa, as mulheres encontraram nos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade a possibilidade de soluções para suas demandas, o que não ocorreu por ser essa revolução um movimento burguês, cujas bandeiras estavam voltadas para o econômico e centralizado nos homens. A partir do século XIX, o feminismo ganhou forma de movimento, fazendo com que as mulheres fossem se articulando para que este tivesse expressão e assim adentrasse no século XX tendo como pauta principal o sufrágio seguido pela educação.

A primeira metade do século XX será reservada à conquista do voto feminino, já como uma luta organizada, ainda que mobilizando apenas determinados setores do segmento feminino da população.

Esse primeiro momento do movimento feminista, em linhas gerais, pode ser considerado de cunho conservador no que se refere ao questionamento da divisão sexual dos papéis de gênero, inclusive reforçavam esses papéis, estereótipos e tradições na medida em que utilizavam as ideias e representações das virtudes domésticas e maternas como justificativa para suas demandas.⁴

E não tardou para que um representante político observasse no Brasil a mobilização feminina e de como ela poderia trazer vantagens.

A luta pelo sufrágio feminino seguirá até 1932, quando essa reivindicação será concedida pelo novo governo implantado pela chamada “Revolução de 1930”. Essa concessão fazia parte da nova estratégia de dominação implantada. Com esse movimento, subia ao poder Getúlio Vargas, representando a burguesia industrial em luta contra a burguesia agrária, até então única força controladora da economia e do aparelho do Estado.”⁵

Nesse contexto e de forma cônica as mulheres começaram a romper com os ditames de que para elas só restava o lar e é exatamente nesse momento que nos norteia a tese de Iole Macedo Vanin que traça a inserção das mulheres na Faculdade de Medicina da Bahia. A autora chama atenção que isso pode ter ocorrido devido a alguns fatores: como o processo de modernização que trouxe à mudança de comportamento aos moldes europeus, o pós-guerra, onde muitas mulheres substituíram os homens em tarefas por eles realizadas e a intensificação do movimento feminista que, na Bahia, começa a despontar na década de 20, mas foi nos anos 30 que ele ganhou força. E é nesse sentido que, sem dúvida, as mulheres conquistaram o seu espaço no campo da medicina, porém, esta ainda era em sua maioria exercida pelos homens, devido ao discurso androcêntrico que demarcava as mulheres ao espaço privado, ou seja, reprodutoras e organizadoras do lar e os homens produtores no âmbito da esfera pública.

Evidente que o discurso androcêntrico se utilizou de todas as formas para repugnar a inserção das mulheres em todas as áreas profissionais.

Atividades como medicina, engenharia, odontologia, legista, que além de exigirem do profissional força, frieza, raciocínio lógico, características definidas como masculinas, poderiam colocar em risco a conduta moral das mulheres que as exerciam.⁶

E as mulheres afastadas do ambiente doméstico e longe da submissão dos seus maridos afetaria no que a sociedade de ordem de gênero patriarcal considera para elas como algo “natural” e primordial que é a maternidade. Nesta perspectiva, podemos evidenciar as dificuldades enfrentadas pelas mulheres para romper com esse pensamento vigente e de lutar para saída do espaço privado e ganhar o espaço público.

E assim, nos encontramos com a nossa pesquisada.

CONSTRUINDO UMA BIOGRAFIA

Maria Theresa de Medeiros Pacheco nasceu em 02 de setembro de 1928, numa casa grande na Usina do Rio-Branco, na cidade de Atalaia no Estado de Alagoas, filha de José Pacheco Filho e de Carolina de Medeiros Pacheco. Aos 20 anos informou a sua

família que queria ser médica e decidiu prestar exames na Faculdade de Medicina da Bahia, o que deixou a sua mãe preocupada, porém seu pai (para estranheza da época onde o patriarcado imperava e as questões morais eram bem demarcadas) lhe deu total apoio.

Chegou a Salvador no ano de 1948 e foi aprovada no vestibular para a Faculdade de Medicina da Bahia e, como aspirante interna por concurso, começou a prestar serviços na Maternidade Climério de Oliveira, mais tarde tornou-se assistente voluntária. “Era defensora das mães pobres baianas, ela sempre dava um jeito de resolver os problemas de todas as mulheres na maternidade”.⁷

Atuou, também, como interna na Maternidade Nita Costa, no Serviço da Ginecologia do professor Aristides Maltez no Hospital Santa Isabel e foi residente no Hospital Aristides Maltez no 5º ano médico.

Concluiu o curso em 1953.

A Profa. Dra. Maria Theresa de Medeiros Pacheco fez parte do primeiro grupo de acadêmicas do pós-guerra imediato, que foi diplomado antes de haver passado uma década do fim da Segunda Guerra Mundial, quando o exemplo das mulheres norte-americanas nas fábricas, oficinas, escritórios e clínicas tomava o mundo ocidental, e ela, como estudante, passou a frequentar as maternidades públicas, onde predominavam as mulheres obstetrizes, e o novel hospital do câncer, onde quase todos eram iniciantes, e o "Instituto "Nina Rodrigues”[...]”⁸

Em 1954 foi convidada pelo Prof. Estácio de Lima, “que foi quem orientou toda a formação científica e cultural da Dra. Maria Theresa”⁹, para atender no Instituto Médico Legal Nina Rodrigues¹⁰, com base no seu aprendizado obtido nos serviços de ginecologia e obstetrícia, atendendo as vítimas de atentados sexuais, às crianças, adolescentes e mulheres na especialidade da Sexologia Forense.

Em 1965, se inscreveu no concurso de Docência Livre da Faculdade de Medicina da Bahia¹¹.

Havia tomado gosto pela Medicina Legal, (como ela mesma dizia), e se tornara a **primeira mulher Médico-Legista do Brasil**, fazendo “perícias nas diversas áreas da Medicina Legal, centenas de exames em casos de estupro, sedução, atentados ao pudor, autópsias pessoalmente feitas, no início, com que dificuldade!”¹². “Jamais as perícias mereceram críticas da polícia ou do judiciário, ao contrário, sempre acolhidas com respeito”.¹³

Em 1969, foi a Paris fazer um ano de Medicina Legal, o que hoje corresponde ao doutorado, se dedicando ao estudo para obtenção do título de assistente estrangeira com

a tese: “Alterações dos grupos sanguíneos em sangue de cadáveres putrefeitos e congelados”. Título original em Francês, "De l'evolution post-mortem des groupes sanguins: mémoire pour le titre d'Assistant Etranger ".¹⁴

Na Faculdade de Medicina da Bahia ela ministrava as aulas práticas, mas enfrentou com dificuldades as aulas teóricas, devido à reforma da Faculdade. Além das aulas serem ministradas em locais fora da Universidade, Maria Theresa manifestou sua decepção com a falta de estrutura e organização da universidade quando assinou o termo de posse da disciplina de Medicina Legal e Deontologia Médica como catedrática, nos porões da secretaria da Faculdade de Medicina da Bahia, nas dependências do Hospital das Clínicas, na presença apenas de uma secretária. Mesmo diante de toda a simplicidade da posse, foi **à primeira mulher professora Catedrática da Faculdade de Medicina da Bahia**, na cadeira de Medicina Legal e Deontologia Médica, defendendo a tese "Normas de conduta profissional médica".¹⁵

Em 1974, já na direção do Instituto Médico Legal Nina Rodrigues, (desde 1972), trabalhou e estudou para transformar essa instituição digna e com equipamentos modernos para prestar serviços à sociedade baiana. Em 1977 começou um movimento reivindicatório para disponibilização de um espaço que comportasse as novas tecnologias científicas, para atender de forma eficiente a população. O governador Roberto Santos e seu Secretário de Segurança, o Coronel Luiz Artur de Carvalho, começaram a procurar uma área que pudesse ser dedicada a Medicina Legal, e com os grupos de técnicos em engenharia e arquitetura, Maria Theresa trabalhou incessantemente para que seu projeto saísse da planta e, em 1979, a nova edificação no bairro Vale dos Barris se concretizou¹⁶.

A incorporação da Dra. Maria Theresa aos quadros funcionais do Instituto Médico Legal Nina Rodrigues, alterou a forma de tratamento das vítimas de violência sexual, levando em consideração que o professor Estácio de Lima a convidou para esta especialidade, justamente para dar um suporte a essas vítimas já tão marcadas pela dor psicológica e física e ela era solidária com as mulheres violentadas. Ocorreu um caso específico, como nos informou o Dr. Lamartine, quando a Dra. Theresa ficou notoriamente comovida e convidou a paciente para necropsia de seu malfeitor:

[...] Para lembrar apenas uma variante pouco comum, excepcional, houve o caso do bandido, assaltante, homicida e estuproador, jovem adulto e forte chamado de "Toinho", que assaltou um casal de namorados adolescentes, desacordou o rapaz e violentou a moça, em seguida entulhando de areia, pedrinhas e folhas secas a sua genitália e ânus, causando-lhe, além das lesões localizadas, forte trauma psíquico, que só cessou meses depois, quando a vítima assistiu o

início da necropsia do bandido que em um confronto armado, fora abatido com dezenas de tiros pela Polícia Civil¹⁷.

Com esta citação podemos confirmar o que muitos depoentes afirmam sobre a humanização da médica legista Maria Theresa de Medeiros Pacheco durante a sua atuação profissional dentro do Instituto Médico Legal Nina Rodrigues.

A METODOLOGIA: HISTÓRIA ORAL

Acreditamos que ao escrever sobre a trajetória de vida da Dra. Maria Theresa de Medeiros Pacheco estaremos contribuindo com a história das mulheres.

A definição do objeto é particularmente decisiva para esta discussão. Marc Bloch deu uma definição simples e acessível da história como “ciência dos homens no tempo”. Esta fórmula pode ser transposta e ajustada ao sexo, definindo a história das mulheres como “a ciência das mulheres no tempo”.¹⁸

Porém, para a escrita dessa biografia, não podemos perder o foco do que propõe Scott¹⁹, que é fundamental utilizar a categoria gênero para compreender o processo histórico que tanto anulou as mulheres em seu cotidiano e na história.

A História das Mulheres, ferramenta imprescindível para criar uma consciência feminista entre as mulheres, está oferecendo o corpo de experiência que pode ser verificado com uma nova teoria, e a base sobre a qual as mulheres podem apoiar a visão. Uma visão feminista do mundo vai permitir que mulheres e homens para libertar suas mentes de pensamento patriarcal e, finalmente, construam um mundo livre da dominação e da hierarquia, um mundo que é verdadeiramente humano.²⁰

Ao que tange biografia e gênero não pode passar despercebido, pois toda crítica realizada pelas feministas são de que as biografias são baseadas em mulheres que tiveram grande notoriedade dentro da sociedade, seja no campo político, cultural ou religioso, analisada por sua condição financeira ou pela beleza que possuíam, portanto, a proposta adotada não só por feministas como também por historiadores é: biografar e apresentar mulheres que não necessariamente precisem de atributos e feitos grandiosos para merecerem um detalhamento da sua história, pois a memória destas pode revelar dados importantes de uma construção patriarcal que sempre deixaram às mulheres a margem dos homens e, logo, sem a documentação escrita, a história oral torna-se essencial para dar voz à memória dessas mulheres e, também, “problematizar a relação estabelecida com o mundo, com o outro e consigo mesmo parece, assim, condição

fundamental para que se possam abrir novas saídas mais positivas e mais saudáveis para o exercício da liberdade e a invenção da vida.”²¹. Desta forma:

Recuperar a memória feminina possibilita compreender como ela foi construída, podendo, assim suscitar novas pesquisas e novos olhares para desconstruir a lógica da dominação masculina. Estas discussões são também uma proposta para descortinar outras relações de poder presentes no cotidiano, pois a história é dinâmica e não podemos retirar das mulheres seu papel de agentes históricos.²²

Recorremos a Bourdieu quando ele chama a atenção para que não se cometa o erro de seguir uma definição linear.

Tentar compreender uma vida como uma série única e por si suficiente de acontecimentos sucessivos, sem o outro vínculo que não a associação a um “sujeito” cuja constância certamente não é senão aquela de um nome próprio é quase tão absurdo quanto tentar explicar a razão de um trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre diferentes estações.²³

Michele Perrot em “Escrever a história das mulheres” (2007) analisa o silêncio rompido da história das mulheres, da invisibilidade ao seu nascimento, das representações destas: os discursos e imagens. Ela nos dá uma compreensão da emergência não só dela, mas clama os historiadores e pesquisadores que percebam a necessidade de inserir as mulheres na história e das mudanças que devemos perceber ao escrever esta.

A história das mulheres mudou em seus objetos, em seus pontos de vista. Partiu de uma história do corpo e dos papéis desempenhados na vida privada para chegar a uma história das mulheres no espaço público da cidade, do trabalho, da política, da guerra, da criação. Partiu de uma história das mulheres vítimas para chegar a uma história das mulheres ativas, nas múltiplas interações que provocam a mudança. Partiu de uma história das mulheres para tornar-se mais especificamente uma história do gênero, que insiste nas relações entre os sexos e integra a masculinidade. Alargou suas perspectivas espaciais, religiosas e culturais.²⁴

Fica para nós evidenciado que para a construção dessa pesquisa a intersecção entre teoria feminista e a metodologia da história oral, nos permitirá avançar nos objetivos propostos de investigar essa história de vida percebendo as relações de gênero numa sociedade de discurso de ordem de gênero patriarcal, que sempre manteve as mulheres afastadas dos espaços públicos, demarcadas ao espaço privado e excluídas da história.

Desde o começo dessa pesquisa ela nos encaminhou para além das fontes documentais que nos norteou até a história oral, tendo em vista a vivacidade de muitos

depoentes próximos da Dra. Maria Theresa compreendemos que ao utilizarmos a metodologia da História Oral daremos vozes a personagens que nos reportarão a trajetória da pesquisada, o seu nascimento, a sua infância, adolescência, a fase adulta quando decide ser uma estudante de medicina, a sua labuta para conseguir burlar o discurso androcêntrico e sobressair na carreira ganhando notoriamente o respeito de todos. Seguindo o raciocínio de Michael Pollack, “se a memória é socialmente construída, é óbvio que toda documentação também o é. Para mim não há diferença fundamental entre fonte escrita e fonte oral”.²⁵

Não basta apenas descrever a história das mulheres, em especial desta mulher que fez o seu nome na história da medicina legal baiana, mas, também, analisar todo o contexto e suas implicações dentro desta sociedade.

NOTAS

* Autora: Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo – PPG-NEIM - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Graduada em História pela Universidade Católica do Salvador (UCSAL). brinaguerra@hotmail.com.

* Co-autora e orientadora: Doutora em História pela USP. Graduada em História pela Universidade Federal da Bahia. Professora dos Programas de Pós-Graduação em História e em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (UFBA). laras@ufba.br.

¹ O surgimento da Medicina enquanto ensino superior neste país está intimamente relacionada com a transferência de D. João VI com a Corte para o Brasil, devido à invasão de Napoleão a Portugal no início do século XIX. Com sua chegada, logo, percebeu a necessidade de se criar escolas de cirurgia para suprir a falta dos profissionais diplomados que ficaram impossibilitados de virem de Coimbra para o Brasil, portanto, como a cidade da Bahia e o Rio de Janeiro eram as cidades mais prósperas do período colonial e com a influência do pernambucano José Corrêa Picanço, o Barão de Goyana, que intercedeu pela Bahia junto ao Príncipe Regente e foi atendido, fundando o ensino superior entre 1808 e 1809, através da Escola Médica que se chamou Escola de Cirurgia da Bahia, dirigida pelo próprio Barão de Goyana. Em 1815 passou por uma reforma passando a se chamar Colégio Médico Cirúrgico da Bahia que foi instalada na Santa Casa de Misericórdia e, em 1832, passou a se chamar Faculdade de Medicina da Bahia. Em 02 de julho de 1833, a Faculdade de Medicina da Bahia, foi transferida para o prédio do Terreiro de Jesus.

² A Constituição que liberará o acesso feminino ao ensino superior começou a ser discutida em 1823, pelo deputado paulista José Bonifácio de Andrade e Silva, porém somente em 19 de abril de 1879, fora outorgado o Decreto 7.247 de Carlos Leôncio de Carvalho, que permitia a inscrição destas nas universidades do Brasil.

³ *Gazeta Médica da Bahia*. 1868, p. 70-71.

⁴ COSTA, Ana Alice A. *O movimento Feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política*. Niterói. Revista Gênero. v.5, n.2, 1º Sem 2005, p. 13.

⁵ SARDENBERG, Cecília M.B., COSTA, Ana Alice A. *Feminismos e Feministas*. Revista Baiana de Enfermagem, Salvador, v. 6. n. 2, 199, p. 18.

⁶ VANIN, Iole Macedo. *As damas de branco na biomedicina baiana (1879-1949): médicas, farmacêuticas e odontólogas*. 275 f. Il. 2008. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008, p. 82.

⁷ Iracy Silva Costa, entrevistada em 16 de setembro de 2010.

-
- ⁸ Lamartine de Andrade Lima. Entrevistado em 26 de maio de 2011.
- ⁹ Id. Entrevista citada.
- ¹⁰ O Instituto Médico Legal Nina Rodrigues (IMLNR) é o mais antigo dos cinco Institutos que compõem a estrutura do Departamento de Polícia Técnica. Criado em 1905 pelo Prof. Oscar Freire, recebeu o nome Nina Rodrigues da Congregação da Faculdade de Medicina da Bahia, em homenagem ao Professor catedrático de Medicina-Legal, Raimundo Nina Rodrigues, falecido naquele mesmo ano. http://www.dpt.ba.gov.br/index.php?site=1&modulo=eva_conteudo&co_cod=25
- ¹¹ A Docência Livre exigia concursos semelhantes aos que se pretendiam catedráticos, por serem exigidas oito provas: de títulos, prova clínica de psiquiatria forense, de laboratório médico-legal, de sexologia forense, prova escrita de seis horas de duração, prova no cadáver-necrópsia completa, exame no vivo em clínica forense, prova oral ou didática com o posto sorteado na hora, dentre os sessenta assuntos do programa. A prova escrita também constava de pontos sorteados na hora da prova, frente à comissão examinadora.
- ¹² PACHECO, Maria Theresa de M. A Medicina Legal na Bahia. Início e Evolução do Ensino. *Gazeta Médica da Bahia*, 77:2, Salvador, julho-dezembro 2007, p. 155.
- ¹³ Id. *Ib.* p, 155.
- ¹⁴ PACHECO, Maria Theresa de M. *De l'evolution [sic] post-mortem des groupes sanguins: mémoire pour le titre d'Assistant Etranger*. Paris: L'Unite [sic] d'enseignement et de recherche de medecine [sic] legale de Paris, 1969.
- ¹⁵ PACHECO, Maria Theresa de M. *Normas de conduta profissional médica*. Tese de concurso para professor titular de Medicina Legal e Deontologia da Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia. Salvador: Escola Gráfica N. S. de Loreto, 1974.
- ¹⁶ “Para a história do Instituto Médico-Legal Nina Rodrigues antigo, situado no Pelourinho, na sede da Faculdade de Medicina da Bahia, no Terreiro de Jesus, e também para a sua nova sede, cf. Lima (1979).”
- ¹⁷ Lamartine de Andrade Lima. Entrevista citada.
- ¹⁸ TILLY, Louise A. *Gênero, História das Mulheres e História Social*. Cadernos Pagu (3), 1994, p. 30.
- ¹⁹ SCOTT, Wallach Joan. *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica*. Recife: SOS Corpo, 1996.
- ²⁰ Tradução livre minha de: “La historia de las mujeres, la herramienta imprescindible para crear una conciencia feminista entre las mujeres, está proporcionando el corpus de experiencias con el cual pueda verificarse una nueva teoría, y la base sobre la que se puede apoyar la visión femenina. Una visión feminista del mundo permitirá que mujeres y hombres liberen sus mentes del pensamiento patriarcal y finalmente construyan un mundo libre de dominaciones y jerarquias, un mundo que sea verdaderamente humano”. LERNER, Gerda. *El origen Del patriarcado*. La creación del patriarcado. Barcelona: Ed. Crítica. 1990, p. 330.
- ²¹ RAGO, Margareth. *Entre a História e a Liberdade: Luce Fabbri e o Anarquismo Contemporâneo*. São Paulo: Editora da UNESP, 2001, p. 56-57.
- ²² ZIMMERMANN, Tânia Regina e MEDEIROS, Márcia Maria. Biografia e Gênero: repensando o feminino. In. *Revista de História Regional* 9(1): 31-44, Verão 2004, p. 42-43.
- ²³ BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”, em FERREIRA, Marieta de Moraes e Amado, Janaína (orgs). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro. Ed. FGV, 1996 (1 ed.), p. 13.
- ²⁴ PERROT, Michelle. *Escrever a história das mulheres*. In.: _____. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007, p. 15-16.
- ²⁵ POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, vol. 5 n. 10. 1992, p. 8.